

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DA COMPREENSÃO DA GÊNESE DO  
CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E PROPOSTAS PARA ALCANÇAR A  
INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE – COMUNIDADE**

**A UNIVERSITY EXTENSION: UNDERSTANDING THE CONCEPTS GENESIS,  
CHARACTERISTICS AND PROPOSALS TO ACHIEVE THE INTEGRATION  
BETWEEN UNIVERSITY - COMMUNITY**

Renato Gadioli Augusto<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Extensão Universitária tem o seu surgimento em meados do século XIX na Inglaterra e em seguida se disseminando pela Europa, com a característica de reverter diversas mazelas causadas pelo capitalismo, no desenvolvimento da Revolução Industrial. Em seguida, surge nos Estados Unidos como participação das Universidades em parcerias diretas com o empresariado. No Brasil, mesmo surgindo antes das Universidades, é institucionalizada na década de 1930, com características das atividades europeias. Tal artigo tem como objetivo buscar a compreensão sobre extensão universitária, desde sua gênese até seu desenvolvimento no Brasil, para assim buscar propostas para efetivar tal elemento. Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o histórico da extensão, além de literaturas sobre o tema e experiências vividas como propostas de atividades através de pesquisas nas plataformas Google Acadêmico e Scielo. Conclui-se que é necessário romper com a ideia limitante de extensão como soluções imediatistas, havendo a necessidade de integração entre Universidade e Sociedade buscando compreender que a extensão não deve buscar uma transmissão de conhecimentos mas sim uma construção de saberes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Extensão universitária; Universidade

**ABSTRACT:** The University Extension emerged in the middle of the 19th century in England and then spread throughout Europe, with the characteristic of reversing several problems caused by capitalism, in the development of the Industrial Revolution. Then, it appears in the United States as participation of Universities in direct partnerships with the business community. In Brazil, even before appearing before Universities, it was institutionalized in the 1930s, with characteristics of European activities. This article aims to seek an understanding of university extension, from its genesis to its development in Brazil, in order to seek proposals to make this element effective. For this, a bibliographic survey was made on the extension's history, in addition to literature on the topic and experiences lived as proposals for activities through research on the Google Scholar and Scielo platforms. We conclude that it is necessary to break with the limiting idea of extension as immediate solutions, with the need for integration between University and Society seeking to understand that extension should not seek a transmission of knowledge but a construction of knowledge.

**KEYWORDS:** Education; University Extension; University

## **INTRODUÇÃO**

O entendimento sobre a função da Universidade no Brasil, geralmente está intrinsecamente ligada à formação profissional e a produção da pesquisa, inferiorizando a

---

<sup>1</sup>Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2018). Segue desde então direcionando suas pesquisas, em especial sobre Estágio Supervisionado, Extensão Universitária, Ensino em Geografia e Função Social da Universidade. Atualmente cursa o Mestrado pelo Programa de pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO – UFRRJ). E-mail: renato.gadioli@gmail.com

extensão e a função social que a Universidade tem como objetivo firmado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96). Tais implicações são apontadas por Borges e Araújo (2012), e também percebido no dia a dia acadêmico.

Segundo Borges e Araújo (2012), o princípio de extensão é incorporado como indissociável ao ensino e a pesquisa sem uma clareza de seu entendimento, havendo assim uma inferioridade de tal função. Devido a tal pressuposto, é necessário buscar a compreensão e a disseminação da importância da extensão para a educação superior brasileira, não só para a formação, mas também para a sociedade civil em geral, visto que o papel da extensão é integrar uma ponte entre universidade e os diversos setores da sociedade (NUNES E SILVA, 2011).

Tal artigo tem por objetivo buscar a compreensão sobre a extensão universitária, desde a sua gênese até a sua concepção na atualidade, como componente essencial e indissociável junto a Ensino e Pesquisa, trazendo assim propostas para efetivar tal elemento. Para chegar a tais resultados, utilizou-se como metodologia de pesquisa um levantamento bibliográfico de artigos sobre o tema publicado em periódicos, revistas científicas, monografia, dissertações e livros. Tal levantamento é resultado de pesquisas nas plataformas Google Acadêmico e Scielo. Também será considerado para essa pesquisa, exemplos de atividades de vivência para elucidar exemplos de desenvolvimento de práticas de extensão, levando-se em consideração três propostas levantadas por vivência e por levantamento bibliográfico.

## GENEALOGIA DA EXTENSÃO

As primeiras atividades de extensão universitária datam do século XIX, na Inglaterra, se estendendo por diversos centros universitários da Europa logo em seguida. Com início voltado para formação continuada (ALMEIDA, 1991; RODRIGUES et al, 2013), se propaga a partir de um movimento que busca amenizar os problemas sociais causados pela revolução industrial e do capitalismo (PAULA, 2013, p. 6-9). e buscava junto a outras entidades da sociedade civil, sanar os anseios da classe operária, buscando “cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo” (p. 9). Tal definição cumpria com o papel de assistência às camadas mais carentes da sociedade, buscando levar alfabetização e qualificação, servindo assim aos anseios das indústrias e suas novas tecnologias, que necessitavam de mão de obra capacitada para as mudanças operacionais do sistema capitalista.

Em sequência, a extensão é adotada pelas universidades dos Estados Unidos. Segundo Almeida (1991, p 15 - 16) a extensão nos Estados Unidos apresentava em seu início, duas vertentes: a cooperativa e a universitária, ambas com a participação da Universidade. Segundo Paula (2013, p. 10) as atividades extensionistas estadunidenses se desenvolvem com apoio do governo para atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e empresarial. Tal entendimento de extensão traz atividades de aproximação ao empresariado, buscando o desenvolvimento de tecnologias e de soluções econômicas. Tais concepções, tanto das universidades europeias como as estadunidenses visam atividades voltadas ao desenvolvimento econômico, compreendendo as atividades sociais como complemento ao sistema capitalista.

Seu surgimento acontece em contextos de países centrais, e se fragmenta a partir das necessidades e ideologias de cada realidade: enquanto nos países europeus, se buscava intervenções de bem estar social diante de uma realidade de revolução industrial que culminou em grande miséria e abandono das classes mais pobres, nos Estados Unidos se vivia um momento de crescente econômica e de forte ideologia liberal, que visava o crescimento empresarial e tecnológico como necessidade primordial para o crescimento do país. Tais realidades influenciam fortemente a intervenção universitária na sociedade.

Em contrapartida aos países centrais do capitalismo, a extensão em países da América Latina é marcada por lutas, em especial pela democratização das Universidades de caráter elitista e segregador (PAULA, 2013, p. 10-13). Mesmo com instituições universitárias antigas, datando desde o século XVI, a estrutura dessas instituições, que em geral eram geridas por ordens religiosas, servia para a manutenção do *status quo* da elite nesses países, pouco contribuindo para a sociedade de uma forma geral. Junto a revoluções de camadas subalternas da sociedade, a democratização das universidades veio à tona, havendo assim uma abertura, mesmo que de forma tímida. Nesse contexto está o Brasil, como país periférico e latino-americano, tem um cenário particular.

### **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO**

Inversamente a grande parte dos países latino-americanos, onde as Universidades faziam parte das colônias espanholas, no Brasil, a ideia universitária é tardia e a efetivação de tais instituições surge na década de 1930 (LEITE E MORISINI, 1992), anteriormente se restringindo a existência de escolas superiores voltadas à elite nacional. As primeiras

atividades de extensão no Brasil são anteriores ao surgimento das primeiras Universidades, datando a partir de 1911, com o formato europeu (PAULA, 2013, p 13) que promoviam formação continuada e assistência social para classes populares, além de integração em atividades em áreas rurais.

Entretanto, ela se torna institucional em 1931 (NOGUEIRA, 2001 *apud* SOARES, 2017; PAULA, 2013) a partir do Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que em seu artigo 42 define que

A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario. (BRASIL, 1931).

Em seguida, no seu artigo 109, complementa que a extensão tem por objetivo a difusão de conhecimento produzido em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo em formatos de cursos. Mesmo que a extensão se torne institucional, ainda apresenta pouca relevância no âmbito educacional, além de possuir um caráter verticalizado do saber, entendendo a Universidade como detentora do saber e responsável pela disseminação ‘benéfica’ do conhecimento.

Ao analisarmos a gênese da extensão, percebemos um papel de ponte de mão única, tanto em contexto mundial, como em nosso contexto particular. Tal visão, segundo Freire (2013), transforma o sujeito a quem se transfere o saber em objeto, como um ser vazio e sem vivências, experiências, conhecimentos e práticas. No contexto do ensino, para ele, cria-se um choque entre realidades: de um lado o especialista técnico, com saberes aplicados e termos rebuscados e; do outro a comunidade, com seus saberes de vivência e diversas realidades.

A extensão no contexto da educação superior brasileiro passa, desde a sua primeira institucionalização até os anos de Chumbo dos governos militares por constantes disputas entre os poderes hegemônicos e movimentos populares, que buscavam a democratização das universidades, a busca pela autonomia e a ampliação da discussão da função social dessas instituições (SOARES, 2017, p. 43 - 44). Se até então a extensão universitária se apresentava tímida, a partir da Lei Nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, a extensão ganhava destaque. Em seu artigo 40, determina-se que

As instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional. (BRASIL, 1968)

Mesmo em meio a repressão percebe-se vitórias, mesmo que tímidas das lutas dos setores sociais. Uma dessas conquistas se destaca na orientação da extensão e a promoção de atividades que atendiam uma eventual parceria com a comunidade. É importante ressaltar que tal trabalho não possui o objetivo de avaliar se tais atribuições foram efetivas e quais dessas atribuições da Lei tiveram intuitos de aproximação entre comunidade e universidade, e sim apontar a evolução que tal conceito tivera desde sua gênese no Brasil<sup>2</sup>. Tal evolução se dá, graças a lutas de diversas entidades e movimentos sociais durante a história, como apontam Almeida (1991), Borges e Araújo (2012), Paula (2013) e Santos (2017).

Tal concepção traça um momento de transição ao entendimento do que é a extensão universitária no Brasil. Se antes a concepção de extensão tinha como orientação, cursos de aperfeiçoamento e assistencial, passa a ter uma maior integração com a sociedade como uma premissa. Entretanto, é necessário observar que a posição vertical se mantém. A Universidade tem como objetivo desenvolver atividades, agindo como propagadora e não parceira, contribuindo assim para uma concepção de extensão no entendimento literal da palavra a exemplo do que Freire (2013) descreve em contexto agrário chileno.

Diante de um novo cenário, ao fim dos governos ditatoriais no Brasil, as discussões sobre a educação se expandiram, e dentro desse contexto a discussão sobre a extensão. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública Brasileiras (FORPROEX), fator que segundo Soares, (2017, p 44 - 45) “pode se configurar como um marco histórico para a consolidação da extensão na dinâmica da universidade e de seu fortalecimento decorrente da equalização com o ensino e a pesquisa”. Segundo a autora, a criação de tal fórum, impulsionou as produções sobre o tema,

---

<sup>2</sup> Para as críticas e elucidação dos desdobramentos de tal institucionalização, ler ALMEIDA, 1991, p 51 – 78.

além de ampliar a discussão sobre a importância da extensão, em especial naquela ocasião histórica.

O crescimento do debate e a urgência pela contribuição social da Universidade devido ao cenário têm como reflexo uma mudança drástica na estrutura do Ensino Superior. No seu artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) determina que haja a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, trazendo assim a equidade entre as funções, que a partir daquele momento trazia em seu escopo não mais apenas o ensino-aprendizagem e a investigação científica como sua função, mas também a integração com a sociedade e uma contribuição efetiva para o desenvolvimento social. Tal conceito de extensão, entretanto, nasce sem uma identidade definida, havendo assim uma defasagem nesse eixo do tripé (BORGES E ARAÚJO, 2012).

Entretanto, é importante ressaltar por quais bases esse conceito eleva seu status no cenário da educação brasileira desde a CF/1988 até os dias atuais. Segundo Santos (2017), a questão da prestação de serviço se torna uma problemática pela FORPROEX, não devendo ser só um fim por si mesmo e sim um serviço visando uma transformação social. Outro fator importante destacado pela autora é o fortalecimento da relação com as escolas públicas, pois “passa a ter prioridade no esforço para o fortalecimento da educação básica, fazendo uma parceria com contribuições técnico-científicas e ampliando a construção e propagação dos valores da cidadania” (SANTOS, 2017, p. 52).

Segundo Paula (2013), os avanços da extensão no Brasil devem muito ao FORPROEX em vários sentidos. Ele destaca

o seu papel na conceptualização da extensão universitária. É uma contribuição decisiva do Forproex à afirmação do caráter indeclinável da extensão universitária para a plena realização dos objetivos centrais da universidade. Insistir neste ponto não é, de maneira alguma, uma sorte de corporativismo, de defesa de interesses particularistas, senão que a explicitação de uma exigência sem a qual a universidade fica aquém de suas possibilidades e responsabilidades. (PAULA, 2013, p. 20)

Mesmo com a discussão e objetivação da extensão discutida pelo Fórum, a ausência de diretrizes e definição do conceito desde a CF/1988 traz uma indefinição sobre o tema. Tais fatores dessa indefinição fica clara pela menor importância dada a função, que “por ser permeada pelo processo de hierarquização oriundo das dicotomias históricas, acaba sendo relegada a uma posição de inferioridade no campo” (SILVA E ROSA, 2011, p. 375).

Um marco importante para a definição se encontra na Lei de Diretrizes e Bases 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9394/96) em seu artigo 43, ao atribuir as finalidades do Ensino Superior do Brasil,

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

Ainda que descrito em lei, as diretrizes da extensão nacional ainda eram inexistentes, sendo apenas uma finalidade do Ensino Superior, sem um entendimento claro e direto de seu conceito. Entretanto ainda se faz importante a sua obrigação legislativa por ser um meio direto para a responsabilização social da Universidade. Apenas trinta anos após a inserção como função indissociável com o Ensino e a Pesquisa, a Extensão, a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, contém uma diretriz para a sua aplicabilidade definindo de forma institucional, suas finalidades. Em seu artigo 3, a Resolução define:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018)

Diante de tal definição, podemos perceber a evolução do conceito e sua diretriz voltada diretamente a interação entre a Universidade e diversos setores da sociedade, visando a aplicação do conhecimento, não se limitando a cursos de formação continuada ou a atividades assistencialistas, definindo como atividades de extensão, em seu artigo 8, programas; projetos; cursos e oficinas; eventos e; prestação de serviços.

Tal Resolução, em seu artigo 4, também delimita que ao menos 10% do total da carga horária curricular dos cursos voltadas para atividades de extensão, tornando tal função como parte das matrizes curriculares obrigatório dentro dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

## PROPOSTAS PARA UMA CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO

Visto o entendimento de extensão durante a evolução da história da Educação Superior nacional, podem nos surgir alguns questionamentos: o que se entende como Extensão Universitária? O que se espera da Extensão Universitária nos dias de hoje? Quais atividades podemos propor para que se efetive uma consolidada extensão e a efetivação do tripé universitário?

Para entender extensão, podemos recorrer a Freire (2013), que se opõe ao termo por entender que a palavra remete a estender, e que, segundo ele, se estende de um sujeito sabido à um objeto sem saberes. Ao analisar o que Freire nos passa, devemos entender que não há sujeitos sem saberes, e as práticas extensionistas devem ter em mente que não se deve buscar atividades que presumem uma “salvação do conhecimento”, e sim buscar práticas de comunicação, ou seja, de uma relação sujeito – sujeito;

Seguindo tal visão, entende-se que a extensão deve ser entendida como uma ponte de mão dupla, uma constante retroalimentação entre a Universidade e a sociedade. Segundo Nunes e Silva (2011)

Funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações. Além disso, a universidade aprende com o saber dessas comunidades. (NUNES e SILVA, 2011. p. 120)

A extensão extrapola assim as práticas de transmissão de conhecimentos entre uma instituição e a comunidade e torna como finalidade a participação em conjunto entre Universidade e sociedade em atividades que busquem para além do desenvolvimento, mas também por ações transformadoras. Se faz importante ressaltar que tal forma de pensar a extensão não nega as práticas assistencialistas, ou de intervenção, ou até mesmo dos campus avançados, e sim busca que tais práticas não se tornem apenas como ‘salvação instantânea’ da comunidade. É necessário extrapolar o pensamento de resgate e compreender que é necessário atividades conjuntas que mostrem como contornar adversidades, problemas cotidianos ou até mesmo possuir autonomia política. Para elucidar o que buscamos propor aqui, podemos destacar alguns exemplos de atividades de extensão aplicados em diversas ocasiões e realidades.



A primeira que podemos destacar traz como possibilidades o estágio supervisionado como instrumento de extensão. Segundo Augusto (2018, p 35), o estágio nas licenciaturas possui uma grande potencialidade para contemplar a extensão, visto que o estagiário circula entre a Universidade e a Escola, concretizando assim uma espécie de ponte entre ambas instituições. Tal caráter possibilita uma gama de possibilidades de parcerias, desde que haja uma boa comunicação e relação entre membros acadêmicos e comunidade escolar, além de uma efetiva autoconsciência do estagiário como um agente social, entendendo tal atributo não como uma extrapolação de sua formação, mas sim como parte dela. Augusto (2018) propõe assim, parcerias entre Escolas e Universidade, contribuindo para a facilitação da presença de tais agentes. Tais parcerias, além de estimular o diálogo entre as instituições, garante a circulação do estagiário nas escolas, agente que pode contribuir para o desenvolvimento de atividades e eventos em parcerias.

Outro exemplo é a divulgação das produções acadêmicas e das atividades desenvolvidas nas Universidades. Tal proposta torna público o que é desenvolvido nos diversos cursos, trazendo à tona as produções acadêmicas que podem contribuir de diversas formas na sociedade. Um exemplo claro de tal proposta se desenvolve como projeto de extensão pelo curso de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM – UFRRJ). Discentes de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO – UFRRJ), orientados pela professora Edileuza Dias de Queiroz, estão desenvolvendo um repositório virtual para armazenamento e divulgação das produções acadêmicas desenvolvidas no curso. Essas produções foram disponibilizadas no site institucional do curso<sup>3</sup> onde poderão ser acessadas pela comunidade em geral. Em primeira vista, o projeto parece atender um público restrito, entretanto esses arquivos podem, além de dar um retorno do que se produz para a sociedade, serve como acervo consultivo para professores da educação básica para auxílio de produção de materiais didáticos e para alunos de diversos níveis de ensino como acervo de pesquisas e estudos.

Outro exemplo a se destacar é o projeto de extensão “Estudar, uma ação Saudável”, que segundo Rabelo e Santos (2010) têm por objetivo:

(...) não somente proporcionar às crianças e adolescentes seu direito já garantido em lei, além de auxiliar no seu desenvolvimento psicológico, intelectual, cultural, social

---

3 O resultado do projeto pode ser conferido no site: <http://cursos.ufrj.br/grad/geografiani/#>

e emocional, proporcionando-lhes uma recuperação mais rápida de sua saúde, mas também valorizar espaços não formais para atuação do pedagogo (2010, p 62)

Com a intenção de desenvolver a educação hospitalar, esse projeto é desenvolvido a partir do estágio supervisionado do curso de pedagogia, e não se restringem apenas ao ensinar, mas também desenvolvem atividades que buscam aliviar as tensões da rotina hospitalar e das enfermidades (RABELO E SANTOS, 2010). Seu teor assistencialista não impede que o projeto seja formativo e abarque a proposta de comunicação de Freire (2013), ao entender o seu público e as suas características peculiares, para assim desenvolver suas atividades.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do histórico da extensão, percebe-se que a sua gênese corresponde a um movimento de manutenção do sistema, voltado para a reversão das mazelas que o capitalismo, desde o contexto da revolução industrial até os dias de hoje, nos impõe. Nos seus primórdios, seu movimento se destacou em formações continuadas, assistência social e parcerias empresariais para o desenvolvimento de parcerias e desenvolvimento tecnológico. No contexto particular do Brasil, a sua gênese não se distancia do contexto europeu e estadunidense, entretanto, cria-se um contexto particular durante os anos devido a lutas sociais que buscam equidade e responsabilidade social das Universidades.

Diante de tais mudanças, é necessário pensar na autonomia dos seres, e compreender que a extensão universitária deve buscar não uma transmissão de saberes, e sim uma integração social para desenvolver em conjunto realidades favoráveis para a sociedade. Para isso, é importante entender a sociedade não como receptora, mas como parceira para alcançar tal objetivo. Diante de tal compreensão, não se dispensa as atividades assistencialistas ou de divulgação de saberes, mas deve-se buscar uma nova compreensão de como desenvolver tais atividades, percebendo o outro não como um objeto vazio de saberes, mas como um sujeito munido de vivências, experiências e saberes diversos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. Z. C. M. **A extensão universitária: uma terceira função**. 1991. 210f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação,

Campinas, SP, 1991. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250758>>. Acesso em 03 dez 2019

AUGUSTO, R. G. **A Função Social da Universidade: o fortalecimento do diálogo da sociedade através do Estágio Supervisionado no curso de Geografia do Instituto Multidisciplinar - UFRRJ**. 2018, 95f. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2018.

BORGES, M. F.; ARAÚJO, J. B. Ensino, pesquisa e extensão na Educação Superior: processo histórico e perspectivas futuras. In: **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, N° 172, Septiembre de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd172/ensino-pesquisa-e-extensao-na-educacao-superior.htm>> Acesso em 03 dez 2019

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 03 dez 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitário. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Rio de Janeiro, RJ. 11 abr. 1931. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 03 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. [Reforma Universitária] **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Seção 1, p.10369, 29 novembro. 1968.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 19 dez. 2018, pp. 49 - 50.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 1. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

LEITE, D.; MORISINI, M. Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática. In: **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v.73, n.174, p.242-254, maio/ago. 1992

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de. (Org.) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. In: **Mal-Estar e Sociedade** - Ano IV - n. 7 - Barbacena - p. 119-133. julho/dezembro 2011.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. In: **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013

RABELO, F. S.; SANTOS, M. J. A. Estágio supervisionado e extensão universitária em contexto hospitalar. In: **Revista Ciência em. Extensão**. v.6, n.2, p.57 - 67, 2010.

RODRIGUES, L; L; R.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; COSTA, C. L. N. A.; NETO, I. F. P.. Contribuições da Extensão Universitária na Sociedade. In: **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n.16, p. 141-148. mar. 2013

SILVA, R. F.; ROSA, M. M. C. S. Extensão universitária no currículo das licenciaturas: inovação e relação de sentido. In: **Olhar de Professor**, Paraná, Brasil vol. 14, núm. 2, 2011, pp. 371-380

SOARES, R. C. **Extensão Universitária no Brasil e na UFRRJ: quando e como estas histórias se entrelaçam**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES, 2017.